

23

Protesto

10h00

OUTUBRO

Lg. Rato



Conselho Ministros

Vamos travar a privatização

Prosseguindo a sanha privatizadora, o Governo aprovou a venda da EGF ao grupo Mota-Engil/SUMA. Esta decisão é um roubo, um negócio ruinoso amplamente rejeitado pelos trabalhadores, populações e pela esmagadora maioria dos autarcas, como evidencia a recusa de 162 municípios, de um total de 174 que integram a EGF, em vender as acções de que são detentores bem como as várias providências cautelares interpostas pelas autarquias, confirmando o completo isolamento do Governo.

Os motivos da contestação são claros: a EGF é uma empresa estratégica que presta um serviço público essencial ao ambiente, ao desenvolvimento e à qualidade de vida dos portugueses, não deve por isso ser submetida à lógica do lucro. A EGF tem uma posição dominante no sector, pois as 11 empresas criadas em parceria com os municípios gerem 65% do total nacional dos resíduos sólidos urbanos. A venda da EGF daria origem à criação de um monopólio privado sem paralelo na Europa (à excepção de Nápoles, onde a máfia controla o lixo).

**É urgente reverter a decisão do Governo.
E só com a luta isso será possível.**

trabalhadores · municípios · populações ➡ **EM LUTA**



OUTUBRO - 2014

Em 2013, apesar da crise, a EGF registou um volume de negócios recorde, no valor de 173 milhões de euros e lucros de 15 milhões de euros. O património está avaliado em quase mil milhões de euros, dando emprego a cerca de dois mil trabalhadores. É esta «empresa única», como lhe chamou o presidente do grupo Águas de Portugal, que o Governo quer vender por 150 milhões. Uma pechincha para os privados. Um negócio ruinoso para o Estado que perde para sempre uma fonte de receita, agravando o desequilíbrio das contas públicas!



à privatização dos resíduos-EGF

As mentiras da privatização

1 O Governo e o Ministro do Ambiente dizem que a privatização fará baixar as tarifas cobradas às populações. Falso! Os preços não só aumentarão, como aumentarão muito mais do que se a EGF permanecer, como deve, no sector público. Por uma simples razão: a sede de lucro dos privados! E é para garantir os lucros que o Governo transferiu para o Regulador, a ERSAR, o poder de definir as tarifas de resíduos obrigando os municípios, sob a ameaça de pesadas multas, a cobrar às populações tarifas cada vez mais caras.

O ataque aos municípios

A privatização da EGF é mais um passo no esvaziamento das competências das autarquias na área dos serviços públicos – é também uma antevisão do que se prepara para o sector da água. Os municípios foram empurrados para os sistemas multimunicipais no pressuposto de terem como parceiro uma empresa de capital público. Agora, o Governo impõe-lhes um parceiro privado maioritário que tem como único objetivo a maximização do lucro. Uma empresa, a SUMA, que é simultaneamente o principal operador privado no sector que ficaria assim em condições para dominar o mercado dos resíduos sólidos urbanos. Um cenário cuja concretização levaria à destruição de milhares de postos de trabalho no público, mas também no privado, com o desaparecimento de muitas pequenas empresas do sector.

2 Afirmam que sem capitais privados não haverá investimentos. Falso! Ao longo das duas últimas décadas os investimentos públicos no sector ascenderam a 2 mil milhões de euros e estão previstos mais 320 milhões de euros de fundos comunitários, que irão parar aos bolsos privados, caso avance a privatização.

Os negócios do lixo

Este é um negócio de milhões dominado por um punhado de grandes empresas, como é o caso do grupo Mota-Engil (que é também uma das maiores concessionárias no sector da água), que ditam as regras, impõem preços, fazendo da redução da qualidade e da desvalorização do trabalho a sua base concorrencial.

A própria Mota-Engil/SUMA está sob suspeita em negócios realizados com a Câmara Municipal de Gaia na área dos resíduos. Segundo o Tribunal de Contas esses negócios foram realizados por verbas 30 a 40% superiores às de outras autarquias.

No Porto, a Câmara liderada por Rui Rio concessionou 50% da limpeza da cidade, contrato adjudicado à SUMA. De uma poupança "prevista" de 700 mil euros anuais, a concessão traduziu-se num aumento anual de cerca de 5 milhões de euros.

3 Garantem que a EGF privada passará a oferecer melhores serviços e criará mais postos de trabalho. Falso! O lucro dos privados é tanto maior quanto menor o investimento e o número de trabalhadores, prejudicando assim a qualidade. Por outro lado, a ideia de que a gestão privada é factor de modernização, sempre e necessariamente melhor do que a gestão pública, não encontra qualquer fundamento no sector.

Combater a privatização! Uma luta de todos!

A privatização da EGF não só não resolve nenhum problema como deixará o País mais pobre, endividado e com menos instrumentos para o seu desenvolvimento.

Só a EGF pública garante uma política de resíduos determinada pelo interesse das populações e por razões ambientais e não pela procura do lucro.

Só a EGF pública assegura melhores serviços, preços mais acessíveis, mais direitos e melhores condições de trabalho.

23
OUTUBRO

Protesto

10h00

Lg. Rato
Conselho Ministros